

ÉTICA CONTEMPORÂNEA E PERSPECTIVAS HUMANISTAS

CONTEMPORARY ETHICS AND HUMANIST PERSPECTIVES

Terezinha de Jesus Bellote Chaman*

Maria Cherubina de Lima Alves**

RESUMO: O artigo propõe uma reflexão crítica sobre a crise sócio-econômica e suas relações com a ética contemporânea, utilizando-se de diferentes referenciais teóricos desenvolvidos por autores que estudam esta temática. A ética é entendida como uma ciência que busca refletir de forma crítica sobre a realidade histórica, alertando para a importância de se identificar os valores morais, culturais e intelectuais preponderantes na cultura capitalista globalizada. Através da exploração do objeto de estudo da ética, entende-se que estes valores podem reforçar e fortalecer a ideologia hegemônica burguesa. Faz-se uma reflexão sobre o papel da mídia como construtora e disseminadora de imagens de consumo e bens efêmeros e descartáveis, selecionando as informações e a forma que elas devem ser expostas. Considera-se que a ideologia difundida pela mídia exerce a função de formar moral, cultural e intelectualmente as pessoas; função cada vez mais efetiva devido ao crescente isolamento social e à falta de tempo para processar as informações recebidas. Aliada a este forte determinante sócio-cultural exercido pela mídia, encontramos uma realidade de desigualdades e exclusões sociais, uma falta de consciência política da maioria das pessoas, uma não efetivação dos direitos sociais e políticos, que, de forma sintética, caracterizam a referida crise sócio-econômica. Num mundo globalizado, é preciso construir uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, para que as pessoas possam efetivamente ser cidadãos. É exposta a perspectiva humanista de resgate ao valor da vida humana como uma das propostas de enfrentamento ético-político da problemática analisada.

Palavras-chave: ética. informação. direitos sociais. perspectiva humanista.

ABSTRACT: *The article proposes a critical reflection on the social-economic crisis and its relation to the contemporary ethics, using different theoretical references launched by authors who study this theme. The ethics is understood as a science which seeks to reflect in a critical way about the historical reality, warning the importance of identifying moral, cultural and intellectual values predominant in a globalised and capitalist culture. Through the exploitation of the object of study of ethics, it is understood that these values can reinforce and fortify the bourgeois hegemonic ideology. A reflection is made on the role of media as builder and disseminating of images of ephemeral and disposable goods, selecting the information and the form they should be exposed. It is considered that the ideology disseminated by media assume a position to shape moral, cultural and intellectual people; increasingly effective role due to the increasing social isolation and lack of time to process the information received. Together with this strong socio-*

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela UNESP/Franca, orientada pelo Prof. Dr. Pe. Mário José Filho.

** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela UNESP/Franca, orientada pelo Prof. Dr. Pe. Mário José Filho.

cultural determinant ensured by the media, there is a reality of inequality and social exclusion, a lack of political consciousness of most people, non-execution of social and political rights, which, characterize the socio-economic crisis stated, in a synthetic form. In a globalized world, is necessary build a new corporate order; without domination, exploitation of class, ethnicity and gender, so that people can effectively be citizens. Is exposed the humanist perspective of rescue value of human life as one of the proposals for ethical-political confrontation of the issue analysed.

Keywords: *ethics. information. social rights. humanist perspective*

INTRODUÇÃO

No século XVIII, o mundo passa pelo processo de industrialização, capaz de aumentar a capacidade de a sociedade produzir mais bens e serviços, com a promessa de superação das dificuldades econômicas, porém logo se percebe que o resultado deste quadro socioeconômico foi o aumento da pobreza e identificação da dissonância entre a realidade e os ideais de igualdade pregados pela sociedade burguesa.

Desde a 1^a. Revolução Industrial, a classe operária começa também a sentir as mudanças sociais advindas das novas relações de trabalho que se estabelecem entre os patrões – empresários capitalistas que visavam exclusivamente o acúmulo de riqueza – e os trabalhadores, que precisavam vender sua força de trabalho diante da necessidade de receberem um salário que garantisse sua subsistência.

Com o crescimento deste sistema capitalista, a produção de coisas úteis só se concretiza se for lucrativa e interessante economicamente, ou seja, os valores de uso são produzidos só enquanto portadores de valor de troca. Este valor de troca deve ser capaz de acumular uma mais-valia, ou seja, um valor excedente aos valores empregados no processo produtivo, o que, segundo Marx, é conseguido com a exploração do trabalho humano, da mão-de-obra assalariada.

Assim, a produção capitalista provoca a perpetuação e o aumento das desigualdades sociais, uma vez que coloca o capital no centro, em detrimento do trabalhador. O capitalismo por si só não consegue superar esta problemática, pois ele a alimenta constantemente, exigindo que cada dia mais membros da família

ingressem no mercado de trabalho, submetendo-se a salários, cargas horárias e situações de trabalho insuficientes para a garantia de boa qualidade de vida, da satisfação pessoal e impossibilitando o convívio social fora do ambiente de trabalho.

Diante deste panorama, as massas trabalhadoras passam a se organizar para lutar por direitos em comum, o que tornou a problemática uma questão política, passando a ser denominada como questão social. A questão social refere-se ao conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária, no processo de constituição da sociedade capitalista (CERQUEIRA FILHO, 1982). A questão social emerge na luta entre a classe operária, a burguesia capitalista (ou sociedade civil) e o Estado, constituindo-se a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia. (IAMAMOTO, CARVALHO, 1983).

A crise social que foi descrita, com a evidente falência do sistema econômico capitalista, indica também uma crise ético-moral. A ética, segundo Rodrigues (2002), é uma ciência que objetiva refletir e clarear a realidade histórica. Assim, esta crise configura-se no sentido que a ética dos detentores do poder sufoca a expressão de qualquer outro paradigma.

1 CONCEITUAÇÃO DE ÉTICA

Segundo Sánchez-Vázquez (2004), ética é a teoria que estuda o comportamento moral dos homens em sociedade. Para Rodrigues (2002), o objetivo da ética é aprimorar as atividades das pessoas na busca do bom, do justo e do que é adequado. Neste sentido, a ética permeia praticamente todas as esferas da vida social, sendo tomada como sustentáculo para elaboração de leis, porém não pode ser resumida exclusivamente pelo direito ou pela legalidade.

Para Santos e Silva (2002), o que há de mais precioso na ética é a busca da liberdade e da felicidade humana, porém nossa sociedade parece estar sustentando-se em uma ética que mantém vivos os preconceitos, os privilégios, as desigualdades e os autoritarismos.

Cortina (2010) pontua que falar de moral está na moda, sendo que todos se julgam aptos para “dar aula” sobre o objeto da ética. Porém, apesar da frequência deste tema ser abordado na comunidade, vale questionar se a maioria das pessoas, ao discursarem sobre ética e moral, estaria realmente falando sobre isto ou se, na realidade, estaria falando de moralismo. Entende-se moralismo como a “doença da moral”, ou seja, a tendência de as pessoas não respeitarem os valores morais diferentes dos seus próprios como válidos e, em função disto, considerarem que só as suas próprias concepções morais são válidas e corretas, portanto todas as pessoas devem segui-las.

Costa (1994) entende a ética como um espelho da cultura, propondo uma necessidade de análise da ética contemporânea para se entender os problemas sociais, tais como violência e outros valores negativos que estão presentes na identidade do brasileiro, numa cultura individualista e extremamente competitiva.

Para Romano (2004)

A ética de um povo pode ser excelente, mas ela também pode ser horrenda, pois trata-se de um conjunto de hábitos, atitudes, pensamentos, formas culturais adquiridas durante longo tempo. Uma ética não surge de repente, brotando do nada. A ética, deste modo, vai-se sedimentando na memória e na inteligência das pessoas, irradiando-se em atos, sem muitos esforços de reflexão. A ética é o que se tornou quase uma segunda natureza das pessoas, de modo que seus valores são assumidos automaticamente ou sem crítica. (p.41)

Para Valls (2004) existem três princípios fundamentais para se pensar a ética: a liberdade, a consciência e o comportamento moral. A consciência refere-se à capacidade de a pessoa compreender os valores e identificar aquele que lhe parece mais adequado. A liberdade está ligada à possibilidade de fazer escolhas de forma livre, dentro das possibilidades existentes, responsabilizando-se pelas consequências desta escolha. Finalmente, o comportamento moral é a capacidade de agir conforme a própria consciência, transformando em

ação suas concepções morais escolhidas e formadas da forma mais autônoma possível.

2 ÉTICA CONTEMPORÂNEA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Silveira, ao adentrar ao estudo dos códigos de Ética (2011, p. 02), pontua:

Como construir uma sociedade livre e que garanta os direitos sociais e políticos do cidadão? Para responder à questão, devemos pensar que isso só é possível em uma sociedade democrática, na qual o cidadão participe plenamente das decisões políticas e tenha acesso aos bens produzidos por essa sociedade. Além disso, compreender, aceitar a diversidade cultural e lutar por ela, deve ser o objetivo comum dos membros de todas as sociedades para assegurar essa riqueza da humanidade.

Vivemos num século de paradoxos.

Um terremoto econômico abalou o mundo em 2009, dando-nos a visibilidade de quão frágil é um sistema econômico cujo centro é o lucro e não o homem.

Ao lado de uma urgente renovação social profunda, que privilegie uma economia mais inclusiva e que exija, além da intervenção do Estado, a participação ampla da sociedade civil organizada, apontamos o campo da mídia, tão controverso, mas tão importante.

Assim como a economia deveria centrar seus focos a suprir as necessidades básicas de todos, a mídia deveria promover o debate democrático, dando vida ao direito humano à comunicação, direito esse contemplado como fundamental pela Constituição da República Federativa do Brasil 1988, no Capítulo da Comunicação Social:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Com Morin, meditemos:

[...] É preciso **contextualizar** e não apenas globalizar. Conceber não unicamente as partes, mas o todo. Esta é a razão pela qual somos cada vez mais incapazes de pensar o planeta. Realmente, temos a necessidade do que chamo uma reforma de **pensamento** e da **educação**, que permita desenvolver o mundo de conhecimento, através das relações e dos contatos globais. (2002B, p. 49, grifos nossos).

Como muito bem aponta Juremir Machado da Silva, em sua saudação a Morin, quando da atribuição de Doutor Honoris Causa, concedido pela PUCRS, em setembro de 2000, ao pensador francês cabe a defesa da universidade como *locus* privilegiado na formação de homens voltados para a liberdade. Homens que não se intimidam com os antagonismos, que não se acomodam às especializações do saber como categorias estanques e reducionistas, mas que entendem a dialógica como necessidade urgente de comunicação entre os saberes, quer seja na Educação, nas Ciências Humanas, na Filosofia, na Epistemologia, na mídia, na cultura de massas. “Biodegradáveis, as certezas perecem a cada dia. As teorias nascem e morrem. Os verdadeiros pensadores permanecem”. (SILVA apud MORIN, 2002B, p. 16).

Na sociedade da informação, quiçá do conhecimento, urge que os formadores de opinião ofereçam subsídios para a reflexão

crítica do que informam. Sem o que, perguntamos: informação para quê? Informação para quem?

Na sociedade do espetáculo, em que os fatos acontecem com mais espontaneidade e sua divulgação é instantânea, necessário se faz que se tenha responsabilidade e consciência para que se apure o que se vai divulgar, e o que é importante para virar notícia e que não apenas seja importante para completar a agenda de notícias determinada pela grande mídia.

Conforme nos aponta Marques de Mello, professor da Universidade Metodista de São Paulo e atualmente coordenador de uma comissão de professores de jornalismo, organizada pelo Ministério da Educação, objetivando rever as diretrizes da graduação que formará os futuros profissionais do jornalismo, “o jornalista tem de ser o mediador da notícia e não a estrela da notícia. Por vivermos num mundo de estrelato e de entretenimento, ele pode ser tentado a aparecer mais que a notícia” (MARQUES DE MELLO, 2010, p. 26).

Ainda segundo o conceituado profissional brasileiro, há uma preocupação do governo em fortalecer a sociedade democrática, sendo o jornalismo um dos quatro pilares apontados como fundamento para tal.

No cenário da comunicação brasileira, envolvendo meios impressos, eletrônicos e digitais, vivendo em meio a uma economia de mercado assumida nos últimos dois séculos, o capitalismo, como situar a ética? Como vivenciá-la, tornando-a ferramenta para fazer do ato de comunicar não apenas um objetivo financeiro-individualista (lucro), mas uma obra de bem comum?

Vamos nos deixar derrotar pela ideia de um pessimismo antropológico, de fundo capitalista, de que os seres humanos são incapazes de revelar interesse e empenho por motivações como o bem comum, por serem oportunistas e extremamente autointeressados?

É possível ainda acreditar no homem?

Sem dúvida, nosso dever ético é lutar para que pensemos o planeta como lugar possível de se habitar, de se viver, de se amar. Sem dúvida, nosso dever ético, reiteramos, é lutar para que pensemos a comunicação como valor formativo do homem,

como espaço dialógico, não como espaço de conformismo, não como espaço de barbárie, que não transforma informação em conhecimento e este em sabedoria.

Morin não despreza as brechas, mesmo que sejam pequenas e nos alerta para o papel dos formadores de opinião, os intelectuais e os jornalistas: “Intelectuais que há muito abdicaram do prazer e da obrigação de repudiar o conformismo. A mídia quer distância da complexidade. A simplificação é mais rentável”. (2002B, p. 35).

E em nome do rentável, do lucro, da velocidade, o que enxergamos como realidade palpável?

Inegavelmente muito se tem escrito, pouco se tem lido. Pior que isso: quanto se tem compreendido?

A compreensão atinge o âmago do sujeito, envolve poderes subjetivos e não apenas poderes objetivos.

Como observa Burke:

Estamos imersos hoje, ao menos segundo alguns sociólogos, em uma “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”, dominada por especialistas e seus métodos científicos. Segundo alguns economistas, vivemos em uma “economia da informação”, caracterizada pela expansão das atividades relacionadas com a produção e a difusão do conhecimento. Por outra parte, o conhecimento converteu-se em um problema político de primeira ordem, centrado na questão de se a informação deveria ser pública ou privada, tratada como mercadoria ou bem social (2002, p. 11).

Constata-se uma metamorfose incessante de dispositivos informacionais, de gamas variadas, a influir nas relações entre os homens, em sua inteligência e em seu trabalho. Nessa perspectiva, Morin afirma que:

Por detrás do desafio global e do complexo, esconde-se um outro desafio: o da expansão descontrolada do saber. O crescimento ininterrupto dos conhecimentos constrói uma gigantesca torre de Babel, que murmura linguagens discordantes. A torre nos domina porque não podemos dominar

nossos conhecimentos [...] O conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas. As informações constituem parcelas dispersas de saber. Em toda a parte, nas ciências, como nas mídias, estamos afogados em informações [...] Cada vez mais, a gigantesca proliferação de conhecimentos escapa ao controle humano. (2002A, p. 16).

E então nos questionamos e propomos ao nosso leitor: se a quantidade tornou-se sinônimo de qualidade... Há flexibilidade e abertura para o diálogo? Há preocupação com a responsabilidade social, com a ética profissional? Há intuito da formação da consciência do sujeito?

E poderíamos elencar muitas outras razões, para nos questionarmos sobre a febre hemorrágica de informações, derramada pelos meios de comunicação atuais.

Entretanto, preferimos colocar os pés na realidade e focarmos nossas atenções em alguns temas / fatos relatados a seguir:

1. Sensacionalismo dos noticiários ao abordar tragédias, como por exemplo o que aconteceu na região serrana do Rio de Janeiro;
2. Difusão do preconceito, denotando falta de apuração de informações e de cuidado ético: caso dos ciganos em Ponticelli, próximo a Nápoles, na Itália, acusados de rapto de uma criança, denotando falta da cultura da fraternidade entre os povos;
3. Supervalorização de mensagens disparadas precipitadamente pelo *twitter*, favorecendo a falta de consciência crítica e politizada a respeito do teor e da validade das mesmas: caso dos alunos de um colégio de São Paulo, protestando sobre os altos preços da cantina escolar, fazendo emergir aqui a cultura do “não diálogo”, mas dos “conglomerados de solitários”;
4. Dependência, isolamento e alienação produzidos por games, como também pelas chamadas “redes sociais”;
5. Incentivo ao uso de preservativos como saída e lugar comum para a prática de uma sexualidade saudável,

através de novos e midiáticos programas, propagandas e quadros televisivos, voltados à educação sexual dos jovens: caso de PodSex (MTV Brasil) e Amor e Sexo (Rede Globo), em que prevalece a visão hedonista do sexo, sem contemplar as dimensões da pessoa, pertinentes à sexualidade, como espiritual, emocional e moral;

6. Entretenimento que se vale do humor sem critérios éticos, no que tange ao tratamento de temas políticos e/ou sociais, como CQC (Rede Bandeirantes de TV) e Pânico na TV (Rede TV): favorecimento do ridículo, do grotesco, comprometendo a reflexão e a criticidade do telespectador;
7. Celulares com seus jogos, que isolam os indivíduos por horas, além de pessoas que caminham, andam de ônibus, de bicicleta, de carro, de moto ouvindo suas rádios ou músicas preferidas, ou ainda socializando detalhes que são só seus. Celulares, mediação eletrônica, cada vez mais descartáveis, valorizados menos por sua função real, que pelos excessos de possibilidades, como GPS, jogos, etc;
8. Internet com capacidade de conectar pessoas do mundo todo, paradoxalmente, o que tem feito, senão levar o usuário ao isolamento e isolamento às vezes até doentio, por excesso de uso e escassez de relações interpessoais; senão afrouxar ou até mesmo extinguir a força que tem o diálogo do olho no olho?

Como já dito anteriormente, vivemos num século de paradoxos, de domínio de uma lógica em que o saber está a serviço do capital, em que a filosofia, como bem pontua Dupas (2001, p. 70) “foi expulsa para a periferia”.

Entretanto, não sucumbiremos ao titanismo das tecnologias que pretendem instaurar um pessimismo antropológico de raiz capitalista, mas prosseguiremos investindo na educação / comunicação como formadores morais e intelectuais do homem.

Certo é que não estamos cegos à distância que existe entre o ideal e a prática. Sabemos, também, ser a ética produto de relações coletivas dos seres. Ética não deve ser entendida apenas como teorização, mas como agir prático, real, vivencial, nas ações da cotidianidade.

Desta forma, um viver ético envolve um viver solidário e não um viver solitário, como temos observado acontecer, fruto, em grande escala, do uso exacerbado e/ou indiscriminado das tecnologias da atualidade.

Um viver ético envolve consciência, liberdade e responsabilidade do sujeito, que no caso será um sujeito ético, ético na escola, na universidade, em família, no trabalho, no lazer, ao manipular as múltiplas tecnologias da atualidade, enfim, como não se cansa de dizer Silveira (2010) aos seus universitários: “não há meia ética”.

E ousaríamos completar: somos sujeitos éticos ou não o somos; não podemos e não devemos estar um sujeito ético, conforme bem nos convier.

Chauí (2007, p. 342) nos alerta:

Hoje a palavra de ordem em toda a parte é o “retorno à ética”, ou a “necessidade de ética”. [...] É como se a ética fosse uma coisa que se ganha, se guarda, se perde e se acha e não a ação intersubjetiva consciente e livre que se faz à medida que agimos e que existe somente por nossas ações e nelas.

Assim sendo, o grande perigo é a instauração da ética como ideologia, como forma de alienação, desprovida do seu sentido de essência, permanecendo na aparência e no imagético, tão bem explorado pelos meios de comunicação.

Chauí (2007) pontua que a mídia constrói imagens de consumo de bens efêmeros e descartáveis, com promessas inatingíveis, impossíveis de serem cumpridas e, em contrapartida insiste na construção de uma imagem de população brasileira não violenta, quando o que se “vê” é a exibição incessante da violência, não só imagética, mas linguística. Peca assim duplamente e se opõe

à ética e a estética, porque sob a pele das imagens e das palavras há cifras e códigos.

Não sem tempo, devemos lembrar o papel da educação no que tange à mídia, para que se desvele o quanto de positivo têm os meios de comunicação, mas também o quanto de evasivo, mistificador e alienante da realidade. Necessário se faz acordarmos da inércia do receber passivamente os conteúdos apresentados de modo unidirecional, sem favorecimento de diálogo e de reflexão: é a imposição da ideologia e não a proposição, a socialização de um modo diferente de pensar.

Não sem tempo, devemos reler atentamente os artigos 220 e 221, contemplados, na Constituição Federal de 1988, no que tange à Comunicação Social.

Não sem tempo, é bom lembrar que precisamos voltar nosso olhar para além do espetáculo, colocando no centro o homem, não as ideologias, não o poder, não o lucro, enfim, não o capital. Assim, poder-se-á pensar em ética pessoal, política, profissional, empresarial.

Por derradeiro com Dupas (2001, p. 123), refletimos:

[...] por moral, responsabilidade ou prudência, é preciso buscar condições para que uma nova hegemonia mundial, que inclua mas não se constranja ao capital, possa construir um mundo melhor, utilizando-se dos avanços da ciência em benefício da grande maioria de seus cidadãos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo incontrolável de obter lucro, expresso pelo capitalismo, acabou gerando desigualdades sociais, o que reforçava ainda mais o acirramento das condições entre capital e trabalho e a explicitação maior da questão social. Neste contexto histórico, a ONU aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, que constitui um documento oficial internacional que defende a necessidade de um conjunto de direitos, necessários ao desenvolvimento pleno e digno do ser humano,

referentes aos aspectos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e espirituais, sendo esses inalienáveis, interdependentes e interligados, decorrentes da natureza humana.

Sabe-se, porém, que o respeito aos direitos humanos não é implementado apenas com a criação de leis, portanto a sua efetivação não foi observada com a criação do referido documento. Assim, atualmente ainda encontramos graves práticas de violência contra grupos humanos, mas já está praticamente impossível manter em silêncio os seus defensores, o que não acontecia no passado, quando o desrespeito e a violação desses direitos tinham reincidências constantes e nenhuma ação era tomada em favor desses grupos. Isso significa que o exercício de falar, ensinar, conscientizar, esclarece que é dever ético e direito fundamental de todos resistir às injustiças e trabalhar pela criação de uma sociedade, em que a pessoa seja o primeiro dos valores.

A concretização dos direitos humanos, ou seja, de condições mais igualitárias e éticas de vida, requer integração democrática entre Estado e sociedade, pois o Estado tem o dever de promover os direitos humanos e a sociedade precisa se conscientizar de seu papel social para cobrar do Estado seus deveres. Pessoas que participem efetivamente na sociedade e nas estruturas estatais podem ser consideradas cidadãos.

A cidadania não constituída é fato na sociedade brasileira, ou seja, poucas são as pessoas que têm acesso aos seus direitos e que estão conscientes de seu papel social, podendo escolher com liberdade as suas ações. Essa condição incide na ética, valor esse que interfere de forma explícita na relação entre direitos humanos e cidadania. Implica no respeito total aos direitos humanos, sem desconsiderar, porém, o exercício de seus deveres. O primeiro deles é de se reconhecer como sujeito de direitos capaz de intervir em seu próprio meio, provocando transformações através de sua ação. É do homem, única e exclusivamente, a capacidade de refletir, agir e transformar.

No âmbito da sociedade, as questões éticas definem-se como a teoria ou a ciência do comportamento moral do homem em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica

do comportamento humano, relacionado ao reto pensar sobre o agir, caracterizando-se como a teoria do agir humano. (SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, 2004)

Assim, apresenta-se como fundamentação da ética a moral, entendida como um conjunto de normas destinadas a regular as relações dos indivíduos em uma comunidade socialmente determinada (SILVEIRA, 2010). Esse sistema de normas, princípios e valores, dotado de caráter histórico e social é acatado livre e conscientemente por uma convicção íntima, e não mecânica, externa e impessoal.

Num mundo globalizado, é preciso construir uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Mas, como concretizar essa necessidade em uma sociedade que ainda se depara com condições claras de exclusão social, preconceito e não efetivação dos direitos legalmente constituídos? Seriam esses os cidadãos de papel citados por Dimenstein (1998)?

Para Dimenstein (1998, p. 7) “(...) O cidadão brasileiro na realidade usufrui de uma cidadania aparente, uma cidadania de papel. Existem em nosso país milhões de cidadãos de papel.”

As questões éticas abrangem decisões nem sempre cobertas pela lei, o que também não é critério de moralidade, justamente porque nem tudo o que é legal é moral. A lei só é moral se vier ao encontro das potencialidades humanas.

A visão humanista, segundo Silveira (2010), considera que, além da reflexão da ética perpassar pela dignidade do ser humano, ela precisa enfatizar a dignidade da vida humana. É preciso viver com dignidade e vida digna se inicia com o uso de direitos elementares (habitação, saúde, alimentação, vestuário, educação e lazer).

A vida humana é um bem moral por excelência, é a realidade que sustenta todos os bens imediatos. É racional, tem um sentido de realização singular num mundo de valores espirituais, com aspirações transcendentais, com desejo de felicidade plena e de imortalidade. Para que esse patamar seja alcançado é preciso que todos tenham vida digna sem distinção, com direitos efetivos no que tange à alimentação, habitação adequada, educação de acordo com a realidade de cada época e segurança social.

Em sua pluridimensionalidade, a vida humana atinge dimensões como: interioridade, encarnação, comunicação, confronto, liberdade, transcendência e ação.

A missão antropológica do milênio é trabalhar pela humanização e para isso não basta elaborar leis, é preciso criar condições concretas para alcançar a unidade planetária na diversidade, pois se apenas 1% da população consegue ler e interpretar textos, inclusive a própria lei, onde está a universidade planetária na diversidade?

Não fosse a vida em sociedade, o homem não conseguiria sobreviver, pois necessita de outros para garantir necessidades como alimentação, abrigo e outros bens e serviços indispensáveis, além das necessidades de ordem espiritual e psicológica.

O exercício da cidadania requer a atuação da sociedade civil, do Estado, das instituições sociais e de outros atores sociais, que devem trabalhar incansavelmente para a concretização dos direitos humanos, o que requer o envolvimento, comprometimento e participação de todos. Cada um de nós deve se reconhecer como responsável pela transformação da realidade atual, ainda muito aquém na concretização plena dos direitos humanos, principalmente no que concerne à garantia do acesso à renda nacional com maiores condições de igualdade para atingir a justiça social.

Somente por meio do crescimento econômico, igual distribuição de renda e investimento social é que poderemos acabar com a miséria, a fome e a desigualdade social. O caminho é a democracia e o seu exercício começa com a consciência política, a participação e a busca pelos direitos. Importante salientar também que os valores que pautam a vida humana devem estabelecer a ética como condição fundamental para a efetivação dessa realidade. Não se pode fazer valer os direitos humanos a qualquer custo, as pessoas necessitam ter consciência da trajetória ético-política que pretendem registrar em sua história como cidadão. Como reflete Mário Sérgio Cortella (2008), que tipo de obra queremos, podemos e devemos deixar para a humanidade?

Assim como Cortella (2008), Comparato (2006) coloca que a possibilidade de enfrentamento da degradação da qualidade

da vida humana seria através do potencial do cidadão, resgatando-se o potencial transformador da ação de cada ser humano de forma autônoma, consciente e engajada nas práticas políticas do país em que vive. Neste sentido, as mudanças começam no indivíduo, para depois ganharem força na sociedade como um todo. Para Comparato (2006), pautando-se em princípios e valores que rompam com o capitalismo e contribuam para o fortalecimento do movimento de mundialização associativa comunitária, o homem conseguiria uma maior efetivação dos direitos humanos e, conseqüentemente, da qualidade da vida humana digna e total no planeta.

Comparato (2006) considera que a solidariedade seria o princípio ético capaz de complementar e aperfeiçoar a liberdade, a igualdade e a segurança, pois se estas colocam as pessoas diante umas das outras, a solidariedade poderia reuni-las no seio da mesma comunidade.

Nessa trajetória, que ainda exige respostas sólidas e concretas para a questão em pauta, é preciso identificar recursos e caminhos que tornem possível - tanto para o assistente social quanto para outros profissionais que tenham um comprometimento com a construção de uma sociedade democrática, igualitária e humana - uma intervenção profissional com capacidade teórica e política, resultantes de uma reflexão ética e contínua acerca das decorrências da questão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Juarez de Oliveira (Org.). São Paulo: Saraiva, 1988.

BURKE, Peter, BRIGGIS, Asa. *História social Del conocimiento: de Gutenberg a Diderot*. Madrid: Paidós, 2002.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Questão Social no Brasil: análise do discurso político*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Coleção Retratos do Brasil, v.162, 1982.

- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- COMPARATO, Fábio K. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CORTELLA, Mário S. *Qual é a sua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética*. 5 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- CORTINA, Adela. *Ética sem moral*. São Paulo: Martins Martins Fontes, 2010.
- COSTA, Jurandir F. *A ética e o espelho da cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DIMENSTEIN, G. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.
- DUPAS, Gilberto. *Ética e Poder da Sociedade da Informação*. 2ed. São Paulo: UNESP, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.
- MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2002A.
- _____. *As duas Globalizações: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2002B.
- MUNIZ, Valter Hugo. *Um raio X do Jornalismo*. Revista Cidade Nova n.º. 562. Ano LII. Cidade Nova. São Paulo:2010.
- RODRIGUES Zita A.L. *Ética, educação e cidadania*. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, 2002.

ROMANO, Roberto. As faces da ética. In: MIRANDA, Danilo S. (Org.). *Ética e cultura*. São Paulo: Perspectiva, SESC São Paulo, 2004. p.39-50.

SÁNCHEZ- VÁZQUEZ, Adolfo. *Ética*. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SANTOS, Gislene A., SILVA, Divino J. (Orgs.). *A construção de valores na sociedade e na educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SILVEIRA, Ubaldo. *Nominata: Código e Leis de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, Resoluções e Diretrizes Curriculares e Gerais*. Franca: Mimeo, 2011.

_____. Registros de aula de Ética e Filosofia: pressupostos éticos de Filosofia da disciplina de Ética Profissional do Serviço Social: desafios éticos na fronteira do conhecimento humano, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Direito, História e Serviço Social “Júlio de Mesquita Filho”, da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Franca. Ago. 2010.

VALLS, Álvaro L.M. *O que é Ética?* São Paulo: Brasiliense, 2004.